

Finanças Pessoais: um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina

Suzete Antonieta Lizote
lizote@univali.br
UNIVALI

Jaqueline de Simas
jaquelinelucky@hotmail.com
UNIVALI

Jeferson Lana
jeff@rovian.com.br
UNIVALI

Resumo:

Palavras Chave: Finanças Pessoais - Endividamento - Planejamento - Educação Financeira - Perfil Individual

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, em 1994 com a implantação do Plano Real, iniciou-se um processo de estabilização econômica, possibilitando desta forma, que os indivíduos passassem a consumir mais. Por outro lado, devido a ausência de planejamento das finanças pessoais, a população brasileira se endividou. Para Cerbasi (2004) as pessoas endividadas, sem dinheiro para cumprir como os seus compromissos passam a ter dificuldades no relacionamento pessoal, familiar e profissional.

A gestão financeira pessoal, segundo Halfeld (2006) consiste em estabelecer e seguir uma estratégia para a manutenção ou acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para o curto, médio ou longo prazo e visa garantir tranquilidade econômico-financeira do indivíduo.

Finanças está presente diariamente na vida das pessoas e, como destaca Frankenberg (1999), o planejamento financeiro pessoal não é algo intangível muito menos estático ou rígido, pelo contrário é um plano em que as pessoas fazem de acordo com os seus valores e objetivos, buscando assim alcançar determinadas aspirações. Desta forma, observa-se a importância que as finanças pessoais abrangem, pois segundo Halfeld (2006) a organização financeira e patrimonial pode influenciar diretamente na qualidade de vida de um indivíduo. Assim, pode-se afirmar que quem não possui um planejamento financeiro adequado e condizente com sua realidade é como um barco sem rumo, à deriva.

Observa-se que, a adoção destes controles resultam em uma gestão coerente sobre os recursos próprios, principalmente a maneira de utilizá-lo, tendo como objetivo indicar ou mostrar o melhor momento de resguardar, investir ou acumular aquilo que designar valores ou ativo. Corrobora com esta afirmação a Costa (2004) ao evidenciar que a educação financeira é importante aos consumidores para auxiliá-los a orçar e gerir sua renda além de orientá-los a poupar e investir.

A não aplicação desses conceitos financeiros para a vida pessoal e a falta de busca de conhecimentos necessários para realizar a gestão dos recursos, dificilmente fará um indivíduo se manter financeiramente saudável. Aqueles não educados financeiramente costumam comprometer parcelas significativas de sua renda não atendendo a todos os compromissos financeiros obtidos, chegando ao endividamento.

O planejamento financeiro pessoal é um tema recentemente explorado, sendo merecedor de reconhecimento e pesquisas complementares. Vários autores reconhecem a carência de base teórica sobre o tema, o que tem despertado o interesse de profissionais e acadêmicos (GRACI, 1989; LAHEY; KIM; NEUMAN, 2003; SOUZA; TORRALVO, 2003; ALFEST, 2004)

Diante deste contexto, este estudo tem como objetivo descrever o perfil financeiro pessoal dos alunos da graduação de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior de Itajaí, Santa Catarina, mediante modelo sugerido por Halpern (2003) que trata as finanças pessoais por três aspectos principais: gestão de crédito, gestão de ativos e educação financeira.

Acredita-se que essas informações são relevantes, pois poderão contribuir para aprofundar os conhecimentos sobre educação financeira, e com isto trará mais benefícios em suas próprias finanças e principalmente nas decisões familiares. Para que este conhecimento se dissemine, é fundamental iniciar nas instituições de ensino, demonstrando ao cidadão noções sobre finanças, poupança e planejamento financeiro pessoal. Espera-se também com este estudo, trazer definições claras de outros assuntos ligados a esta área, de forma que o usuário desta pesquisa adquira conhecimento geral em finanças pessoais, tornando um indivíduo financeiramente educado e capaz organizar coerentemente sua vida financeira pessoal.

O artigo está estruturado em 6 seções, iniciando com a introdução; a seção 2 apresenta a síntese da discussão teórica sobre o tema; a abordagem metodológica é apresentada na seção seguinte; as análises e discussão dos dados estão evidenciadas na seção 4; na sequência

apresenta-se as considerações finais bem como sugestões para futuros trabalhos e a última seção traz as referências utilizadas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Atualmente onde a economia sofre variações e se encontra suscetível a fatores globais, o planejamento financeiro tende a ser mais valorizado no momento de se tomar uma decisão. Segundo Gitmam (2001), as empresas utilizam-se de planos financeiros para direcionar suas ações com vistas a atingir seus objetivos imediatos e a longo prazo onde um grande montante de recursos está envolvido. Na concepção de Ross; Westerfiel; Jaffe (1995), o planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos.

É oportuno enfatizar que planejamento e controle estão diretamente ligados. Para Weston; Brighan (2000), o planejamento é necessário para a fixação de padrões e metas, já o controle permite obter informações e comparar os planos com os desempenhos reais e fornecer subsídios para a realização de um processo de *feedback* no qual o sistema por ser transformado para que alcance uma situação desejada. Neste contexto, o planejamento financeiro segundo Ross; Westerfield; Jaffe (1995) é o processo formal que conduz o acompanhamento das diretrizes de mudanças e a revisão, quando necessário das metas já estabelecidas. Desta forma, pode-se visualizar com antecedências as possibilidades de investimento, o grau de endividamento e o montante de dinheiro que considere necessário deixar disponível, visando seu crescimento e sua rentabilidade.

Diante destas conceituações, observa-se que a área de finanças abrange tanto a administração de negócios, quanto a administração dos recursos pessoais. Corrobora com a idéia, Framkenberg (1999), ao evidenciar que o planejamento financeiro pessoal tem objetivos semelhantes aos das empresas, pois ambos buscam crescimento de seus respectivos patrimônios, geração de riqueza para os acionistas assim como para o indivíduo e sua família. Desta forma, tanto o planejamento financeiro empresarial quanto o pessoal é dividido em períodos de curto e longo prazo, possibilitando assim, um melhor aproveitamento dos recursos.

O planejamento de longo prazo são ações projetadas para um futuro distante, acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros. Tais planos tendem a cobrir um período de dois a dez anos. Já os planos financeiros a curto prazo são ações planejadas para um período curto (de um a dois anos) acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros. (GITMAM, 2001).

O processo de planejamento financeiro, seja de ordem empresarial ou pessoal, apresenta-se, conforme descrevem Lemes Jr.; Cherobim e Rigo (2002) como uma importante ferramenta para a estratégia e à administração financeira, pois oferece condições para formular a política de crescimento e outorgar sustentação financeira de suas atividades sem colocar em risco as finanças, contribuindo significativamente para o crescimento profissional e pessoal.

2.2 FINANÇAS PESSOAIS

No Brasil, o tema finanças pessoais teve seu marco na década de noventa junto com o Plano Real, após o país passar por uma grande crise econômica com início na década de oitenta, sendo lembrada como um período perdido da economia brasileira. Este momento se caracterizou a queda dos investimentos, as expressivas reduções do Produto Interno Bruto



(PIB), crescimento da inflação e da dívida interna e externa, deixando sérias consequências existentes até hoje.

Nesta época a situação do Brasil, segundo Silva (1992) era crítica, o governo tinha que financiar suas próprias dívidas e acabava fazendo o repasse de verbas e auxílios aos estados e municípios quase um mês de diferença do que realmente deveria ser. Muitos investidores e empresários foram prejudicados, havendo também um grande grau de desemprego e a perda de poder de consumo por parte da população brasileira.

Em uma sociedade mercantil e baseada em moedas, cada indivíduo é diariamente obrigado a realizar uma enorme quantidade de compras para abastecer-se do que necessita para viver. Em contrapartida, deve realizar “vendas”, (mesmo simplesmente de força de trabalho) em volume compatível como o necessário para equilibrar a relação com seus fornecedores. Segundo Sousa; Torralvo (2004) a forma de obter este equilíbrio é o centro das preocupações das finanças pessoais.

Finanças pessoais é uma ciência que estuda conceitos financeiros transmitindo a um indivíduo e fazendo que ele aplique estes conhecimentos em suas tomadas de decisões, permitindo com isso que mantenha um comportamento equilibrado de seus orçamentos diante do mercado financeiro (FOULKS; GRACI, 1989). Verifica-se, desta forma, que quando planejam suas finanças, as pessoas se deparam com a necessidade de alocar recursos para a satisfação de necessidades básicas e desejos de consumo.

Diante destas colocações, tratar das finanças pessoais como uma área de conhecimentos sistemático e transmissível, no âmbito da ciência econômica é uma necessidade contemporânea. Para melhor entendimento do tema, segundo Halfeld (2001) os objetivos deste planejamento financeiro são assegurar que:

- a) as despesas do indivíduo ou família sejam sustentadas por recursos obtidos de fontes sobre as quais tenha controle, de modo a garantir a independência de recursos de terceiros, que têm custo e às vezes estão indisponíveis quando mais se precisa deles;
- b) as despesas sejam distribuídas proporcionalmente às receitas ao longo do tempo (em outras palavras, que haja adequada combinação entre consumo e poupança);
- c) sendo inevitável a utilização de recursos de terceiros, que sejam tomados ao menor custo e pelo menor tempo possíveis;
- d) as metas pessoais possam ser atingidas mediante a compatibilização entre o querer (necessidades e, principalmente, desejos) e o poder (capacidade de compra); ou aumenta-se o poder ou se reduz o querer, o que requer decisões e ações planejadas;
- e) o patrimônio pessoal cresça ao máximo, ampliando a independência financeira e a necessidade de trabalhar para terceiros ou tomar recursos emprestados para finalidades de consumo.

Estes objetivos são complementados por Black Jr; Ciccotello; Skipper (2002) quando citam que as finanças pessoais, têm por objeto de estudo e análise as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades individuais. Desta forma, numa economia baseada em moeda e crédito, as finanças pessoais compreendem o manejo do dinheiro, próprio e de terceiros, para obter acesso às mercadorias, bem como a alocação de recursos físicos, como força de trabalho e ativos pertencentes ao indivíduo, como a finalidade de obter dinheiro e crédito. Como ganhar bem e como gastar bem, em síntese é o problema que lidam as finanças pessoais.

2.3 GESTÃO DO CRÉDITO

A oferta do crédito no Brasil teve um grande crescimento nos últimos anos permitindo que muitos brasileiros realizem seus objetivos e sonhos com facilidade e também em tempo mais hábil. Por outro lado, conforme coloca Silva (2006), é necessário que todo este consumo



acelerado seja controlado e planejado, de maneira que essas compras expressem um histórico positivo para o Brasil e não o aumento do endividamento.

Desta forma, na concepção de Securato (2002) é indispensável que seja realizado o planejamento financeiro pessoal, pois, quando o indivíduo realizar investimentos em ativos ele poderá identificar a melhor maneira de utilizar seus créditos, de forma que não assuma riscos maiores que sua capacidade financeira e no caso de uma eventual crise encontre uma forma de se manter diante do mercado.

O não planejamento da vida financeira leva aos gastos supérfluos e impede a oportunidade de obter uma poupança ou investimentos rentáveis para a vida pessoal e que lhe traga garantias futuras. Cerbasi (2004) orienta que antes de aproveitar as oportunidades de créditos que o mercado proporciona aos consumidores, é essencial observar a relação custo-benefício com a compra que irá efetuar e se há possibilidades ainda de obter um produto compatível, mas com valores inferiores ou se realmente a compra será de utilidade.

O mercado financeiro tem fornecido oportunidade de compra aos consumidores com condições de pagamentos de formas exageradas, com isso causando a inadimplência. Quanto maior o número de parcelas disponibilizadas também será maior o risco do não recebimento das aquisições por parte dos consumidores. Sempre antes de efetuar uma compra a prazo, principalmente se as parcelas forem longas é primordial que seja elaborado um planejamento verificando a disponibilidade de dinheiro para a quitação de cada parcela de acordo com o mês de vencimento (HALFELD, 2006).

Diante destas colocações, verifica-se que a função do crédito é muito importante para o crescimento do país, pois eleva o poder aquisitivo gerando mais produção e conseqüentemente mais empregos. Porém, seguindo as orientações de Securato (2002) os indivíduos devem estar bem cientes antes de contratar um crédito, para assim não comprometer o orçamento familiar com diversas dívidas e altíssimas taxas de juros sem necessidade.

2.4 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Em um sentido mais restrito, investimento é a aplicação de recursos seja em dinheiro ou a títulos de crédito, sendo capaz de trazer um retorno futuro maior do que o esperado e aplicado inicialmente, acrescido por rendimentos financeiros gerados pelo período em que os recursos se mantiveram aplicados, fazendo que o investimento seja compensando pelo tempo em que estes valores estiveram paralisados e impossibilitados de realizar outras transações. (GITMAN, 2001).

Investimento também pode ser considerado aplicação em bens, como a aquisição de veículos, terrenos ou imóveis, mas que tragam ao investidor expectativas de lucro sobre os recursos que foram postos sobre eles. Este seria um sentido mais amplo sobre investimentos, buscar meios que aparentemente sejam rentáveis fazendo que o indivíduo aplique seus recursos para futuramente capturá-los com ganhos e assim realizar outros investimentos.

Para Frankenberg (1999), realizar investimentos que sejam produtivos é uma difícil tarefa, principalmente se o investidor apresentar insegurança, pois, dependendo da situação os recursos a serem aplicados podem ser elevados, deixando o indivíduo na incerteza de arriscar devido à representação do montante a ser investido. Por outro lado, não enfrentando esses riscos também poderá perder a possibilidade de destinar um recurso que lhe traga benefícios.

Assaf Neto (2005) salienta que uma importante tarefa a ser realizada para ocorrer com eficiência às aplicações dos recursos é a gestão dos investimentos, que seria a administração dos créditos de forma organizada e equilibrada para assim, obter decisões fundamentais quanto à escolha de um investimento e alcançar o sucesso financeiro pessoal.

Desta forma, para iniciar a gestão de qualquer investimento são necessários que os indivíduos organizem primeiramente suas finanças pessoais, buscando a quitação de suas



dívidas e realização de um planejamento coerente, capaz de demonstrar a realidade de suas finanças e a situação dos seus recursos, aqueles disponíveis para investir e os já comprometidos com alguns gastos. Conforme orienta Alfest (2004), um passo muito importante a se realizar também é a definição clara dos seus objetivos, ou seja, decidir em que serão aplicados todos os recursos que foram poupados.

Infere-se assim, que sem a definição desses objetivos, o indivíduo poderá realizar investimentos desnecessários e prejudiciais à saúde financeira. Para tanto, é necessário agir com racionalidade verificando o que busca com prioridade para sua vida pessoal, seguindo exatamente o que foi orçado e atendo a novas aquisições fora do orçamento para não afastar seu foco.

Nesta linha de pensamento Halfeld (2001) argumenta que o melhor investimento a se realizar é aquele que não implicará na saúde financeira do investidor trazendo mais tranquilidade para prosseguir com seus objetivos. Para isso é essencial descobrir o grau de tolerância ao risco, tendo sempre em mente que quanto maior o risco também poderá ser maior a rentabilidade do negócio aplicado. A tolerância ao risco, segundo Assaf Neto (2005) significa o conforto da situação, aquilo que o investidor se sente seguro para destinar ao seu objetivo, para no caso de uma eventual crise não apresente prejuízos significantes.

O sucesso financeiro evidencia Costa (2004), está no gerenciamento correto das finanças pessoais, aquele que consegue organizar e planejar com eficiência a vida financeira também é capaz de realizar reservas significativas fornecendo uma seguridade no momento de necessidade e sustentabilidade financeira em longo prazo. Este mesmo indivíduo também tem a competência e toda a instrução necessária de procurar bons investimentos sem precisar procurar endividamento para conquistar aquilo que deseja.

Neste sentido, o jovem que pensa no futuro e inicia desde cedo disciplinadamente a poupar parte de suas receitas recebidas terá a possibilidade de alcançar uma vida confortável no futuro, conquistar o equilíbrio financeiro e sucesso em seus investimentos.

2.5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Educação em geral é uma arte que envolve todos os indivíduos em um processo de ensinar e aprender e com isso melhoram e aprofundam seus conhecimentos sobre aquilo que lhe interessa. No que tange a educação financeira, Jacob; Hudson; Bush (2000), explicam que o termo educação implica em conhecimentos de práticas, direitos, normas sociais e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento das tarefas financeiras; e o termo financeira aplica-se a uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro nas nossas vidas diárias, desde o controle do cheque até o gerenciamento de um cartão de crédito, desde a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo, compra de um seguro, ou um investimento.

Educação financeira é o modo pelo qual o indivíduo busca adquirir conhecimentos necessários para gerenciar coerentemente suas finanças e tomar boas decisões sobre a mesma, ou seja tenha a capacidade de gerenciar de forma correta as receitas recebidas, tomando decisões essenciais quanto ao uso dos recursos disponíveis visando os acontecimentos de hoje, mas não deixando de pensar no futuro. Para Halfeld (2001), a educação financeira é essencial aos consumidores para auxiliá-los a orçar e gerir sua renda, além de orientá-los a poupar e investir.

A importância da educação financeira segundo Frankenberg (1999) pode ser analisada sob diversas perspectivas, entre as quais destaca-se o bem estar pessoal, onde jovens e adultos podem tomar decisões que comprometerão seu futuro; e as consequências vão desde a desorganização das contas domésticas, até a inclusão do nome em sistemas como SPC/SERASA (Serviço de Proteção ao Crédito. Esta assertiva é complementada por Rocha (2009) ao argumentar que a administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores



vulneráveis a crises financeiras mas graves. Nesta perspectiva, Assaf Neto (2005) discorre que as operações de mercado e as forças competitivas ficam comprometidas quando consumidores não possuem habilidades para administrar efetivamente suas finanças.

Desta forma, destaca-se o valor da educação financeira, que compreende a inteligência de ler e interpretar números e assim transformá-lo em informações para organizar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e o futuro equilibrado nas finanças pessoais. Quando essa educação é adquirida e aprimorada, os indivíduos planejam seu futuro para adicionarem ativos e possuírem um nível satisfatório de renda, além de prepararem orçamentos ajustados com as suas capacidades financeiras.

3 METODOLOGIA

Este capítulo visa posicionar e classificar o artigo diante dos procedimentos e escolhas metodológicas efetuadas. Além disso, discursa sobre o tratamento dado aos casos pesquisados.

Ao buscar descrever o perfil financeiro pessoal dos alunos da graduação de Ciências Contábeis da Univali de Itajaí, estado de Santa Catarina, este estudo se apresenta como de natureza básica. Com abordagem quantitativa, os objetivos da pesquisa são descritivos. Por fim, os procedimentos técnicos adotados foram pesquisas bibliográficas e levantamento, no qual a investigação interroga diretamente os envolvidos no fenômeno a ser averiguado.

A pesquisa foi feita à luz do modelo sugerido por Halpern (2003) que trata as finanças pessoais por três aspectos principais: gestão de crédito, gestão de ativos e educação financeira. Diante desta tríplice financeira, a acadêmica adaptou o questionário utilizado por Lana *et al.* (2011) para uma pesquisa do tipo *survey*. Ao total, o instrumento de coleta de dados foi composto por 34 perguntas. Destas, onze estavam relacionadas com aspectos do perfil pessoal de cada aluno, vinte e duas com os constructos financeiros de Halpern (2003) e uma pergunta aberta na qual cada aluno apontava uma nota de 0 a 10 para uma autoavaliação de sua situação financeira. As perguntas relacionadas aos constructos financeiros receberam escala de 1 a 7 do tipo *likert*, na qual o valor 7 representava a concordância máxima à sentença apresentada. A coleta de dados foi feita durante os meses de novembro e dezembro de 2011. Do universo aproximado de 500 alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis, a amostra necessária, para uma base com 95% de confiança, conforme cálculo amostral de Barbetta (2007), é de 223 casos. Para este artigo, a base atingida foi de 256 entrevistados e, após remoção dos *outliers* e casos extremos, a base final foi reduzida a um número total de 246 casos.

O tratamento dos dados se deu inicialmente pela estatística descritiva. Com auxílio de medidas de dispersão e posição foi possível descrever o perfil médio dos acadêmicos entrevistados. Posteriormente a Análise de Variância (ANOVA) contribuiu para verificar a existência de médias distintas entre grupos diversos. Por fim, uma análise fatorial buscou agrupar aquelas questões com maiores semelhanças entre si. Tal processo contribui ao melhor entendimento com relação aos constructos financeiros levantados. Para verificação dos testes, o coeficiente de significância foi definido em 5%. Para a análise fatorial, conforme demonstrado em Hair *et al.* (2009), os valores mínimos para as cargas fatoriais foram de 70% e de 50% para a variância extraída. Além disso, optou-se por escolheres fatores unidimensionais, com autovalores superiores a 1,00 e com um mínimo de três variáveis explicativas. Os *softwares* utilizados para realização das análises foram o Excel e o *STATISTICA 8.0*©.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

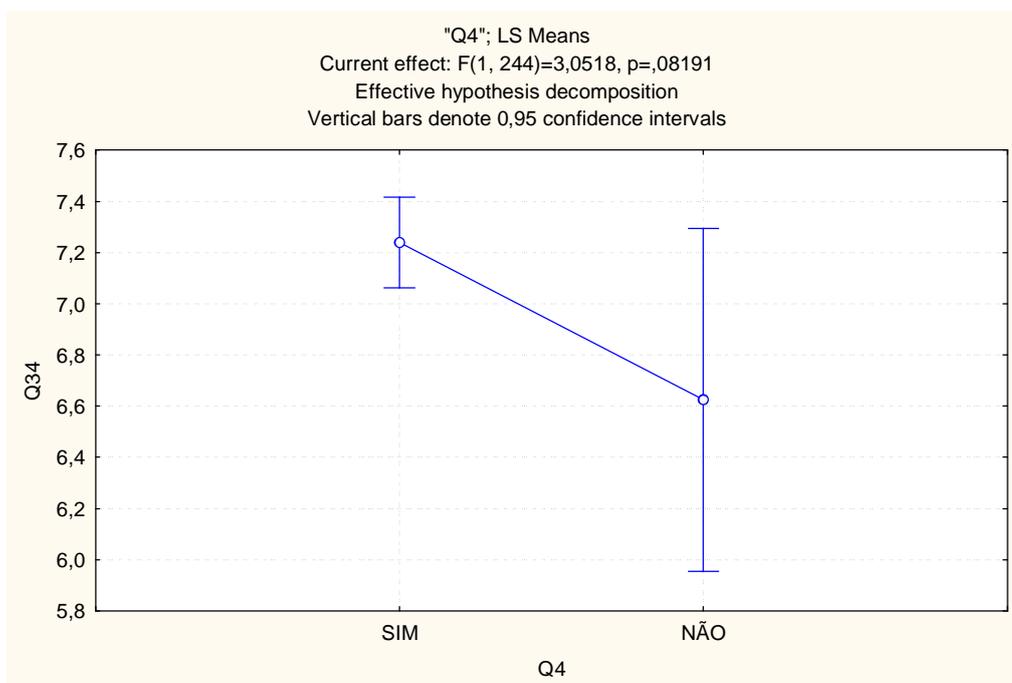
A análise descritiva inicialmente proposta serve para descrever o perfil médio financeiro dos alunos de graduação do curso de Ciências Contábeis da Univali. Dos 246 casos considerados válidos, 78 alunos possuem 19 anos ou menos, 133 entre 20 e 29 anos, 23 entre

39 e 45 anos e apenas 12 possuem mais de 45 anos. Com relação à renda pessoal, 34% recebem até R\$ 1.000,00, 59% entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.500,00 e os demais acima disso. Com relação à formação, 185 dos 246 entrevistados cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas e apenas 44 em escolas privadas. Os demais tiveram formação mista.

Dos entrevistados ainda, 61% são do sexo feminino e um total de 93% declarou ter algum tipo de trabalho e não se dedicar exclusivamente ao ensino superior. Um total de 165 pessoas, ou 67%, ainda moram com os pais e a renda familiar em 79% dos casos é inferior a R\$ 5.000,00 mensais. Por fim, com relação à formação familiar, os alunos declararam que em 80% dos casos os pais não ultrapassaram o Ensino Médio completo. Já as mães, em média, 30% ultrapassaram a linha do Ensino Médio.

Quando perguntados sobre a nota média que dariam para suas finanças pessoais, a média apontada foi de 7,20 com medianas e moda em 7,00. Com um desvio padrão de 1,365 foi possível encontrar um intervalo de confiança de 95% que descreve as notas médias entre 4,47 e 9,92. Esta pesquisa buscou relacionar as características pessoais com as notas atribuídas. Ao nível de 5% de significância nenhuma das características anteriormente citadas mostraram diferenças significativas. Aquela mais relevante foi com relação ao emprego, para um nível de 91% de confiança (*p-value* de 0,082). O gráfico 1 apresenta a ANOVA realizada.

Gráfico 1 – ANOVA entre notas e situação profissional



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico é possível observar que as notas médias são superiores para o grupo com emprego (aproximadamente 7,2) enquanto aqueles que declararam não trabalhar possuem notas médias de 6,6. Tal diferença demonstra que a renda proveniente do trabalho contribui para melhorar a satisfação dos alunos com suas situações profissionais, embora tal relação tenha se apresentado relevante em 91% dos casos.

Após a realização dos testes descritivos e de variância, a análise fatorial foi elaborada para verificar a existência de fatores relevantes dentro de cada um dos constructos de finanças pessoais propostos por Halpern (2003). Após realização dos testes para cada constructo, foram encontrados fatores significativos e que podem auxiliar na interpretação dos dados.

Alguns dos testes efetuados apresentaram múltiplos fatores. Conforme comentado, este artigo optou por trabalhar com unidimensionalidade fatorial dos constructos e, por isso, efetuou a exclusão das variáveis com baixas cargas fatoriais após rotação dos eixos, do tipo *varimax* normalizada. Curiosamente, nenhum dos fatores apresentou um mínimo de três variáveis com cargas superiores a 70%. Em todos os casos, apenas duas variáveis ultrapassaram esse limite e uma ficou próxima a esse valor. Ainda assim, os indicadores mínimos de validade foram atingidos, com autovalores superiores a 1,00 e variância extraída mínima de 50%. A tabela 1 apresenta os resultados condensados obtidos pela análise fatorial.

Tabela 1 – Resultados da Análise Fatorial dos constructos propostos por Halpern (2003)

Constructo	No. Inicial de Questões	No. Final de Questões	Cargas Fatoriais	Autovalores	Variância Extraída
Educação Financeira	8	3	Q16 = 0,76 Q17 = 0,79 Q18 = 0,66*	1,63	54,52%
Gestão de Crédito	7	3	Q20 = 0,89 Q25 = 0,49* Q26 = 0,89	1,82	60,71%
Gestão de Ativos	7	3	Q30 = 0,80 Q32 = 0,82 Q33 = 0,59*	1,66	55,46%

Fonte: Dados da Pesquisa

(*) Valores que não atingiram as cargas mínimas desejáveis.

Diante dos resultados apresentados, é possível, com observação do questionário, determinar a que tipo de tema o fator se refere, dentro de seu constructo macro. Assim, ao analisar as questões referentes ao constructo Educação Financeira (Q16, Q17 e Q18) verifica-se uma tendência das questões tratarem sobre o conhecimento financeiro. Já com relação à Gestão de Crédito, as questões Q20, Q25 e Q26 parecem versar sobre possuir financiamentos. Por fim, a Gestão de Ativos, representada pelo fator cujas questões são Q30, Q32 e Q33, trata dos conhecimentos sobre Investimentos Financeiros.

Como última observação, este artigo ainda buscou verificar se os constructos propostos possuem relação com as nota apontados pelos alunos sobre suas situações financeiras pessoais. Para isso foi elaborada uma matriz de correlação, que ajudará a apontar como as notas declaradas respondem às escalas somativas dos fatores encontrados.

Quadro 1 – Matriz de correlação entre os fatores e a nota sobre finanças pessoais

	Educação	Crédito	Ativos	Nota
Educação	1,000000	0,054706	0,432504	0,516517
Crédito	0,054706	1,000000	0,146270	-0,003267
Ativos	0,432504	0,146270	1,000000	0,345549
Nota	0,516517	-0,003267	0,345549	1,000000

Fonte: Dados da pesquisa

(dados marcados em vermelho representa aqueles significativos para um intervalo de confiança de 95%, *p-value* < 0,05)



A partir da matriz de correlação é possível observar que o constructo Gestão de Crédito é o menos relevante à pesquisa. Isso porque possui correlação significativa apenas com Gestão de Ativo e, ainda assim, com valores relativamente baixos. Pela matriz é possível afirmar que Gestão de Crédito parece não estar relacionada com a percepção dos acadêmicos entrevistados sobre suas finanças pessoais. Já Educação e Ativos está fortemente e significativamente relacionados entre si e com as notas atribuídas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o nível de educação financeira dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Fundamentado em adaptações extraídas do trabalho de Halpern (2003), foram analisados os dados de 246 estudantes sobre os constructos financeiros sugeridos: Educação Financeira, Gestão de Crédito e Gestão de Ativos.

Dentre os resultados relevantes, parece não haver distinção dentro da amostra pesquisada entre as características pessoais e familiares com a percepção individual sobre finanças pessoais, diferente daquilo encontrado em Lana *et al.* (2011). A exceção fica por parte daqueles com empregos, que apontaram melhores notas para a situação financeira para um nível de confiança de 91%.

A análise fatorial ajudou a agrupar as questões com maiores similaridades entre si e que contribuíram para detectar a forma pela qual os entrevistados percebem os constructos financeiros adaptados de Halpern (2003). Tais fatores se mostraram estatisticamente significativos e relevantes para futuras pesquisas que possam vir a tratar do tema finanças pessoais. Conforme apontado na abertura deste artigo, o número de estudos voltados ao tema é baixo, talvez pela falta de teorias mais claras e reveladoras. Logo, as considerações aqui apontadas podem ser igualmente relevantes para a descrição da amostra investigada quanto para contribuição teórica ao tema trabalhado.

Por fim, a análise de correlação apresentou que o fator relacionado ao constructo de Gestão de Crédito, declarada como “possuir financiamentos”, não está relacionada significativamente à percepção dos entrevistados sobre suas finanças pessoais. Tal verificação vai de encontro às teorias financeiras que indicam haver relação entre as variáveis citadas e das evidências empíricas encontradas em Lana *et al.* (2011). Gestão de Financiamento e Educação Financeira se mostraram significativos e altamente correlacionados com a nota dos alunos.

Sugere-se que novas pesquisas possam testar novamente tais constructos em busca de novos fatores que possam trazer novas perspectivas às pesquisas sobre finanças pessoais. Além disso, buscar nas teorias econômicas e financeiras aspectos ligados à tomada de decisão, entre comportamental e racional, para verificar se possuem relação com a autoavaliação financeira pessoal.

5 REFERÊNCIAS

ALFEST, L. Personal Financial Planning: origins, development and a plan for future direction. *American Economist*. Vol. 48, n.2, p. 53, 2004.

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

BLACK JR, K.; CICCOTELLO, C.; SKIPPER JR, H. Issues in Comprehensive Personal Financial Planning. *Financial Services Review*. Vol.11, n.1, p.1, 2002.

BRAGA, R. Fundamentos e técnicas de administração financeira. São Paulo: Atlas, 1989.



BUENO, A. F. Os Dividendos com Estratégia de Investimentos em Ações. Revista Contabilidade & Finanças - USP. São Paulo, n. 28, p. 39, jan/abr 2002.

CERBASI, G. P. Casais inteligentes enriquecem juntos. São Paulo: Gente, 2004.

COSTA, M. C. Finanças pessoais: um estado de arte. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP. São Paulo, 2004.

FRANKENBERG, L. Seu futuro financeiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FOULKES, S.M.; GRACI, S. P. Guidelines for Personal Financial Planning. Business. Vol. 33, n.2; p.. 32, 1989.

LAHEY, K.; KIM, D.; NEWMAN, M. Household Income, Asset Allocation and the Retirement Decision. Financial Services Review. Vol.12, n.3, p. 219, 2003.

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

HAIR, J. F. JR.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALFED, M. Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.

HALPER, M. Gestão de investimentos. São Paulo: Saint Paul Institute of Finance, 2003.

JACOB, K.; HUDSON, S.; BUSH, M. *Tools for survival: na analysis of financial literacy programs for lower-income families.* Chicago: Woodstok Institute, Jan. 2000.

LANA, J.; LIZOTE. S.A.; ROCHA, A.; BRAND, A.; VERDINELLI, M. A. Um estudo sobre a relação entre o perfil individual e as finanças pessoas dos alunos de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul e II Congresso Internacional IGLU. Florianópolis, 2011.

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

ROCHA, J. Devo, não nego: tudo o que você deve saber para sair da dívida e tem vergonha de perguntar. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSS, S.; WESTERFIELD, R.; JAFFE, J. F. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 1995.

SECURATO, J. R. Análise e avaliação de risco: pessoas físicas e jurídicas. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

SILVA, J. P. da. Gestão e análise de risco de crédito. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

SILVA, F. da. História do Brasil. São Paulo: Moderna, 1992.

SOUSA, A.F.; TORRALVO, C. F. A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal. VII Semead, 2004.

WESTON, J. F.; BRIGHAN, E. Fundamentos da administração financeira. São Paulo: Makron Books, 2000.